



MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O Partido Socialista, apresentou nas últimas eleições autárquicas, como uma das suas principais bandeiras eleitorais, o compromisso de realizar um Orçamento Participativo em todos os concelhos Algarvios.

A Moção agora apresentada serve, em primeira análise, para dar orientações ao Executivo e ao Presidente de Câmara, sobre o que é um Orçamento Participativo, o seu conceito e as suas fases de implementação, para que, **de forma séria e estruturada**, o possa levar a cabo nos restantes anos de mandato.

O que propomos é nada mais que o conceito de OP devidamente fundamentado pelos catedráticos da matéria e, é uma proposta que vem no sentido de aproximar as populações dos seus decisores, passando as mesmas a fazer parte dessa decisão e não apenas como instrumento eleitoralista, de propaganda ou arremesso político.

Por definição, o Orçamento Participativo é um processo de democracia directa, voluntária e universal, onde as pessoas podem discutir e decidir sobre o orçamento e as políticas públicas. O cidadão não limita a sua participação ao acto de votar para eleger o poder executivo e o legislativo, passando a ser um protagonista permanente na administração pública.

É sabido que muitos O.P. não o são na verdadeira acepção da palavra e, perante uma tão grande diversidade de experiências e de realidades, é necessária uma proposta conceptual mais abrangente e menos vinculada a determinados localismos. Neste sentido, pode-se dizer que o OP constitui uma nova forma de governação assente na participação directa dos cidadãos:

- na identificação dos problemas e das necessidades locais,
- na definição das prioridades,
- na implementação dos projectos,
- assim como na sua monitorização e avaliação.

Tudo isto é feito tendo por base a capacidade orçamental prevista para um dado território.

Ainda como ferramenta de trabalho para o Executivo, é necessário explicar que um bom OP é um processo baseado em duas grandes fases ou períodos: um de apresentação de propostas, priorização de investimentos e planeamento orçamental, e outro de execução, monitorização e avaliação das decisões tomadas.

É consensual entre todos os grandes estudantes e pensadores do OP que o método deve estar assente em cinco critérios, de forma a diferenciar as práticas existentes:

- O OP deve contemplar um debate explícito sobre a dimensão financeira e orçamental;
- O OP necessita de ser organizado ao nível das estruturas de governo local [municipal ou freguesia];
- Tem de ser um processo continuado e repetido no tempo;
- Tem que incluir alguma forma de deliberação pública sobre a componente orçamental;
- Tem que promover publicamente a prestação de contas relativamente aos resultados do processo.

Todo este processo se desenrola ao longo de um ano civil, culminando em Outubro com as votações e aprovações por parte da população dos projectos que desejam ver realizados.

Não temos de ir muito longe para observar muito bons exemplos, de um verdadeiro OP, tais como Odemira, Lisboa, São Braz de Alportel, entre muitos outros municípios, que encaram este processo de forma séria e acima de tudo, com respeito pelos munícipes que nele participam.

→ Considerando que a forma como foi apresentado e discutido revela pouco ou nenhum conhecimento do que é um verdadeiro OP;

→ Considerando que não foram contemplados nenhuns dos passos obrigatórios (atrás mencionados) para ser apelidado de OP;

→ Considerando que com uma semana de publicidade não se consegue obter participação efectiva da população;

→ Considerando a forma destruturada na sua apresentação, forma e conteúdo;

→ Considerando que o modo como foram geridos os trabalhos, onde em vez de ser a população a falar, não passaram de meros comícios políticos pagos com o erário público;

→ Considerando que as distintas sessões do propagandeado OP em Vila do Bispo, nada mais foram que uma manobra política, com fins de promoção pessoal, de arremesso político e revelador de uma incapacidade confrangedora;

Vem o Partido Socialista recomendar ao Presidente da Câmara e ao Executivo que, em vez de brincar aos Orçamentos Participativos como fez este ano, estructure de forma séria, empenhada, profissional, exigente e politicamente honesta um verdadeiro Orçamento Participativo em 2015, para que possa ser implementado e executado em 2016.

Esta proposta, vem no sentido de chamar à responsabilidade todos aqueles que foram eleitos com poderes executivos nas listas do Partido Socialista, e um apelo a que sejam cumpridos os compromissos eleitorais, ouvindo a população e os seus anseios.

Propõe-se ainda que esta moção seja publicada no site e no facebook do Município

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Carle Maria Costa.

Luís de Almeida

João dos Santos

~~João~~

ab/s.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Rafael Costa

[Handwritten signature]